

19 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condenou novo presidente do BNDES por arrombar portões de prédio

Para juiz, episódio lembrou arrastão; executivo queria continuar, na madrugada, festa com amigos, entre eles Eduardo Bolsonaro

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO O novo presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Gustavo Montezano, 38, foi condenado a pagar indenização por danos materiais e morais a um condomínio em que morou em São Paulo.

Ele arrombou dois portões do edifício no meio de uma madrugada em outubro de 2015, de acordo com decisões judiciais de primeira e segunda instâncias, porque queria dar continuidade à sua festa de aniversário, com mais de 30 convidados, que havia sido iniciada em outro local.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, estava na comemoração.

Segundo o juiz Guilherme Ferreira da Cruz, as imagens de câmeras de segurança do local mostraram cenas “similares às de um arrastão” e revelaram “comportamento incivil”.

O processo foi movido pelo condomínio em 2016. Para dar fim ao caso, foi fechado um acordo. Em junho de 2018, Montezano pagou R\$ 28 mil, valor referente a um mês de aluguel do apartamento onde vivia, no Itaim Bibi (zona oeste), com um amigo.

Na segunda-feira (17), ele foi escolhido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para comandar o maior banco de fomento do país, após

a crise em torno da demissão de Joaquim Levy, 53. Antes, era secretário-adjunto de Desestatização e Desinvestimento.

Montezano afirma que pagou os débitos e que o caso está encerrado.

Na madrugada de 4 de outubro de 2015, segundo a queixa-crime do condomínio, os portões foram arrombados após uma discussão de Montezano com o porteiro e o zelador do prédio.

Foi registrado um boletim de ocorrência, e, após assembleia-geral, foi aplicada, por unanimidade, multa de R\$ 37,3 mil, o equivalente a dez vezes a taxa de condomínio.

A ata da assembleia afirma que era a terceira festa feita por Montezano em seus até então 80 dias como morador.

Ele afirmou à Justiça que o zelador o mandou “calar a boca”. A defesa de Montezano, também à Justiça, negou se tratar de uma festa, mas de uma reunião.

Em seu pedido, ele diz que se “pôde constatar [...] que, por trás das reclamações” feitas na assembleia que o multou, “parece existir um preconceito velado de alguns condôminos contra seu estilo de vida e de seus amigos, o que é inaceitável, principalmente na moderna sociedade brasileira em que vivemos hoje em dia”.

“Mas o que efetivamente aconteceu naquela madrugada?”, questionou o juiz Cruz, na decisão. De acordo com ele, a explicação apresentada por Montezano, de realização de uma reunião com parentes e amigos, “não convence”.

Embora tenha criticado o comportamento do funcionário do condomínio, o juiz afirmou, na sentença, que “agisse ele [Montezano] de outro modo, quiçá como um educado homem de 35 anos [...], nem sequer haveria o desajuste verbal com o zelador”.

Imagens de câmeras de segurança do edifício obtidas pela Folha mostram o momento em que um dos portões é aberto à força, às 3h05 do dia 4 de outubro de 2015.

O material faz parte de um inquérito policial aberto.

No vídeo, que foi visto pela reportagem, Eduardo Bolsonaro é um dos últimos convidados a entrar no edifício. O deputado federal ingressa no hall do condomínio para conversar com policiais.

Nesta terça-feira (18), o presidente Bolsonaro afirmou que Montezano “tem tudo para dar certo [à frente do BNDES]. Já conhecia ele, por coincidência ele morou num prédio onde já morei. Não tem nada a ver uma coisa com outra, coincidência apenas”.

CONTINUA

19 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Pessoas próximas a Montezano negam que essa proximidade tenha interferido na nomeação. Ele teria sido indicado por Guedes, que o conheceu quando ele era sócio do banco Factual.

Guedes já havia trabalhado com o pai do novo presidente do BNDES, Roberto Montezano, no Ibmecc — escola fundada pelo ministro.

O juiz Cruz anulou a multa, mas condenou Montezano a pagar indenização de R\$ 25 mil em julho de 2016 e determinou o ressarcimento dos R\$ 1.860 pagos pelos consertos.

Na segunda instância, o caso foi julgado em maio de 2018. O relator, desembargador Gilson Delgado Miranda, escreveu que “a ausência de portão, sem dúvida, gerou efetiva insegurança aos demais condôminos”.

Em acórdão, os desembargadores, porém, reduziram o valor que deveria ser pago por Montezano para R\$ 15 mil.

“

Mas o que efetivamente aconteceu naquela madrugada?

Agisse ele [Montezano] de outro modo, quiçá como um educado homem de 35 anos [...], nem sequer haveria o desajuste verbal

Guilherme Ferreira da Cruz
juiz

“

Parece existir um preconceito velado de alguns condôminos contra seu estilo de vida e de seus amigos

Defesa de Montezano

Montezano diz que respondeu a processo e quitou dívidas

OUTRO LADO

SÃO PAULO Em nota, o Ministério da Economia afirmou que Gustavo Montezano respondeu judicialmente ao processo, que já está encerrado, com os débitos quitados.

O escritório de advocacia que representou o condomínio no acordo com Montezano afirmou que assumiu a ação já em andamento e que apenas ratificou o acerto, sem ter como dar mais informações sobre o assunto.

Procurado, Eduardo Bolsonaro não quis comentar o episódio. Não respondeu há quanto tempo é amigo de Montezano nem se tentou detê-lo quando ele arrombou os portões.

Em nota, disse à Folha: “Procure o próprio Montezano para maiores explicações”.

Colaborou Talita Fernandes, de Brasília

19 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

De superministro a vidraça, Moro vai ao Senado para falar de conversas suspeitas

Audiência no Senado nesta quarta representa momento de maior fragilidade do ex-juiz como membro do governo de Jair Bolsonaro

Camilla Mattoso
e Daniel Carvalho

BRASÍLIA Empossado como superministro e tido como reserva moral do governo Jair Bolsonaro (PSL), Sergio Moro (Justiça) vai ao Senado nesta quarta-feira (19) em seu momento de maior fragilidade.

A partir das 9h, no plenário da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o ex-juiz da Operação Lava Jato deve atacar a ação de hackers, dizer que não tem como confirmar o conteúdo das mensagens divulgadas pelo site The Intercept Brasil e afirmar que as conversas podem ter sido editadas.

A linha é a mesma que o ministro de Bolsonaro tem utilizado desde as primeiras reportagens sobre o caso — e será mantida nos esclarecimentos que prestará aos senadores.

Mensagens divulgadas no domingo (9) indicaram a troca de colaborações na Lava Jato entre Moro e o procurador chefe da força-tarefa, Deltan Dallagnol.

Nesta terça (18), na véspera do depoimento do ex-juiz, o site The Intercept Brasil divulgou novas conversas atribuídas aos dois que podem reforçar os questionamentos de senadores sobre a parcialidade do Moro — em um trecho, ele cita a preocupação de uma

investigação melindrar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Após ser anunciado como um dos principais nomes do novo governo, o ex-juiz acumulou derrotas em menos de seis meses mandato. Sob desgaste devido à divulgação de mensagens do período da Lava Jato, ainda teve que aguardar a cautela de Bolsonaro em defendê-lo abertamente.

O presidente chegou a manter silêncio por três dias e, no último sábado (15), embora tenha defendido o legado de Moro, afirmou que não existe confiança 100%. “Meu pai dizia para mim: Confie 100% só em mim e minha mãe”, disse Bolsonaro.

No Senado, Moro deve defender as comunicações informais entre magistrados e procuradores, dizendo ser algo que sempre ocorreu em todos os processos e investigações. Ele afirma que as conversas também eram comuns com advogados e policiais.

A iniciativa de comparecer em audiência na Casa foi do próprio ministro, para tentar esfriar o plano de senadores de criar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar as conversas com Deltan.

O proponente da comissão, senador Angelo Coronel (PSDBA), parou de coletar assinaturas, mas disse não descartar retomar o trabalho.

Nos últimos dias, Moro tem tentado usar a estratégia de não confirmar a veracidade das conversas — embora também não as negue — e, ao mesmo tempo, criminalizar o ataque de hackers.

O site disse ter tido acesso às mensagens por uma fonte anônima. Procuradores da Lava Jato tiveram celulares hackeados.

A Polícia Federal avalia que o material divulgado até o momento deve ter sido obtido do aparelho de Deltan.

Moro vai dizer a senadores que não tem como checar se as mensagens divulgadas pelo The Intercept Brasil são verdadeiras e nem tem como fazer perícia em seu celular, porque não utilizava o Telegram havia pelo menos dois anos.

Até agora, investigações dão conta de que a invasão foi nesse aplicativo de mensagens.

De 9 de junho até agora, o ministro derrapou em seu discurso uma vez, na última sexta-feira (14), quando disse que houve um descuido por ter repassado informações a Deltan por celular, sem formalizar nos autos.

Ele respondeu, no momento, a uma pergunta sobre uma das reportagens que mostrou mensagens de Moro dando dicas para o procurador sobre uma fonte que teria interesse em denunciar crimes do ex-presidente Lula.

CONTINUA

19 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ao dizer que foi descuido, o ex-juiz acabou confirmando o diálogo, indo na contramão da sua estratégia de defesa.

Governo e oposição faziam reuniões com seus grupos na noite desta terça-feira (18) para afinar a estratégia que adotarão na sessão do Senado.

Enquanto aliados de Bolsonaro tentarão conduzir um debate no campo jurídico, a oposição quer promover uma discussão política.

Nesta terça, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou também um requerimento para convidar Deltan Dallagnol a prestar esclarecimentos. Como é um convite, o procurador não é obrigado a comparecer.

Mais importante colegiado da Casa, a CCJ é composta por 54 senadores, 27 titulares e igual número de suplentes. No entanto, senadores que não são membros também podem fazer perguntas.

A sessão está marcada para as 9h. No início, Moro terá meia hora para fazer uma introdução. Depois disso, há cinco minutos para pergunta e outros cinco para resposta. O ministro pode ser contraditado por dois minutos e tem o mesmo tempo para a tréplica. O acesso ao plenário será controlado.

COMO FUNCIONA A SESSÃO

Fala
Aberta a sessão, Sergio Moro terá 30 minutos para fazer considerações iniciais

Perguntas
Passado este tempo, há 5 minutos para perguntas dos senadores e outros 5 para a resposta

Respostas
O ministro pode ser contraditado por 2 minutos e tem o mesmo tempo para a tréplica

Ex-juiz disse a Deltan temer que operação afastasse FHC, diz site

SÃO PAULO O ex-juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, se posicionou contra investigações sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na Lava Jato por temer que elas afetassem "alguém cujo apoio é importante", segundo mensagens divulgadas nesta terça-feira (18) pelo site The Intercept Brasil.

Em mais uma rodada de conversas divulgadas pelo site e atribuídas ao então magistrado e a integrantes da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Moro questiona o procurador Deltan Dallagnol em 2017 sobre citações a FHC na delação da Odebrecht.

O ex-juiz afirmou que uma petição, oriunda da colaboração da empreiteira, apurava relatos prescritos e "melindra" o ex-presidente, segundo

19 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

STJ decide que caso da boate Kiss irá a júri popular

Thaiza Pauluze

SÃO PAULO Seis anos depois do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a sexta turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu por unanimidade nesta terça-feira (18) que os quatro acusados pela tragédia irão a júri popular, no qual a condenação ou absolvição é determinada por cidadãos.

Os ministros consideraram que os responsáveis pela boate e os músicos da banda que tocava naquela noite assumiram o risco de matar, o chamado dolo eventual — caso em que a Constituição prevê o julgamento por um júri popular.

O incêndio na casa noturna gaúcha, em 27 de janeiro de 2013, deixou 242 mortos e 636 feridos. O fogo começou durante a apresentação da banda Gurizada Fandangueira, que usou artefatos pirotécnicos no palco. Até hoje, ninguém foi responsabilizado criminalmente.

Nesta terça-feira, o STJ reverteu a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, do fim de 2017, que considerou que os acusados deveriam ser julgados por um juiz de vara criminal da primeira instância, por homicídio culposo — quando não há intenção de matar.

O recurso foi interposto pelo Ministério Público e pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

Os réus Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, sócios da Kiss, e Marcelo Santos e Luciano Bonilha, integrantes da banda, que respondem ao processo em liberdade, negam ter tido conhecimento dos riscos.

Advogado de Spohr, Jader da Silva Marques argumentou que a boate estava regular. “Embora com algumas pendências, o Ministério Público nunca pediu que ela fosse fechada. O Corpo de Bombeiros e a prefeitura não embargaram o estabelecimento, que tinha alvará.”

No seu voto, o ministro relator Rogério Schietti afirmou que há nos autos indicação de uma série de irregularidades graves.

“Local escuro, funcionários sem treinamento, tudo isso somado, qual a situação que poderia ter? Poderia ter sido tiro, grito de incêndio. Um ambiente fechado, escuro, sem saída, era previsível o risco de ocorrer alguma morte, algum resultado danoso à vida”, disse.

Em mais de uma hora, Schietti leu depoimentos de testemunhas e elementos apresentados no recurso que indicam que a boate estava superlotada, a espuma usada no revestimento era tóxica e a saída estava obstruída. Para ele, é possível inferir que os acusados foram alertados.

O ministro Antonio Saldanha Palheiro, que acompanhou o relator, destacou dois relatos em seu voto: o fato de o cantor da banda, com microfone a mão, não ter avisado o público sobre o início do fogo; e o bloqueio da saída por seguranças que cobravam o pagamento das comandas de consumo.

A decisão do STJ também excluiu os dois qualificadores do crime — motivo torpe e meio cruel — ao decidir que os réus responderão por homicídio com dolo eventual. A pena é de 6 a 20 anos.

Após o resultado, o processo volta para o juízo de primeira instância, em Santa Maria, que deve marcar a data do julgamento pelo tribunal do júri. A defesa dos réus ainda pode recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Paulo Carvalho, pai de Rafael, que morreu no incêndio aos 32 anos, se disse aliviado.

“Após várias tentativas de postergar as decisões para que os crimes prescrevessem, a gente já começa a achar que não vai dar em nada”, afirmou ele, que acompanhou o julgamento em Brasília.

“Nesses anos morreram seis pais, de depressão, suicídio. Nós só queremos justiça.”

A mulher e a face silenciosa da violência

Dados e evidências são o melhor remédio contra achismos e bravatas

Enquanto eu terminava de escrever esta coluna, na segunda-feira, e o dia da publicação, quarta-feira, cerca de 30 mulheres foram assassinadas no Brasil. É inegável que estamos em um dos países mais perigosos para a mulher viver. Dados recentes publicados pelo Atlas da Violência, tendo 2017 como referência, mostram que 13 mulheres foram mortas por dia no Brasil, num total de 4.936. São números alarmantes, mas apenas a ponta mais visível de um gravíssimo problema.

À exceção do homicídio, mulheres são as principais vítimas de todos os outros tipos de violência: a psicológica, a moral, a física, a sexual e a patrimonial. Apesar disso, o Brasil não tem um panorama consolidado nacionalmente sobre como cada uma delas afeta as vítimas. E infelizmente não estamos sozinhos. De acordo com o Small Arms Survey, 14 dos 25 países com as maiores taxas de feminicídio no mundo encontram-se na América Latina.

Também sabemos pouco sobre a relação entre a face pública mais extrema da violência — os assassinatos, que têm como principais vítimas os homens — e a face mais silenciosa da mesma, a violência doméstica e os abusos que ocorrem no interior dos lares e afetam majoritariamente as mulheres.

Mais uma vez estatísticas trazidas pelo Atlas da Violência chamam a atenção: houve um crescimento de 17,1% no número de mulheres assassinadas dentro de suas casas entre 2012 e 2017. Enquanto isso, os assassinatos em locais públicos caíram 3,3%. Já naqueles que ocorrem dentro do lar, observa-se

um aumento de 29,8% nos cometidos com armas de fogo.

Os números espelham comportamentos e situações inaceitáveis. Para quebrar essa lógica, conhecer a realidade é essencial. A produção, coleta e sistematização de dados sobre todos os tipos de violência contra mulheres é fundamental para o planejamento de políticas públicas eficazes baseadas em evidências — o melhor remédio contra achismos e bravatas.

Isso é ainda mais relevante quando se reconhecem os graves desafios diante dos números, sobretudo a falta deles. A violência contra mulheres está entre os crimes mais subnotificados, seja pelo receio de sofrer um processo de revitimização ao fazer a denúncia, quando a vítima tem receio de se expor, seja pela percepção de que certos tipos de violência, como a psicológica e a moral, são menos graves, já que não deixam marcas físicas.

Além disso, falta padronização às estatísticas e os registros são malfeitos, com informações incompletas. Dados do sistema de segurança pública nos mostram que estados contabilizam cada um dos tipos de violência de forma distinta, o que torna uma tarefa quase impossível a análise comparativa e o compartilhamento de informações entre eles. Ou seja, não é possível traçar o perfil de quem é essa mulher em situação de violência e quem é o autor do crime.

Não nos enganemos. A violência contra mulheres tem sua origem na desigualdade de gênero e em concepções equivo-

casas sobre o que é ser homem ou mulher. Para preveni-la, precisamos promover iniciativas que atuem na raiz do problema. Isso significa construir novas masculinidades, segundo as quais ser homem não significa ser bruto, viril e truculento. É preciso também promover igualdade de oportunidades, para que todos e todas possam se desenvolver individual e coletivamente.

Por fim, precisamos de estratégias de proteção, com atenção humanizada e integral às vítimas, e redução dos principais fatores de risco — incluindo aí a melhoria do controle de armas, que são os instrumentos preferidos utilizados por aqueles que querem intimidá-las e matá-las.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNKA BERGAMO

**DEVO
E PAGO**

19 JUN 2019

O Odebrecht S.A., que pediu recuperação judicial na segunda (17), reconheceu na Justiça uma dívida de pelo menos R\$ 307 milhões com 50 ex-executivos que também participaram da delação da empresa.

COFRE Entre os delatores, o que tem mais a receber é Emílio Odebrecht, um dos acionistas do grupo. Ele aparece na lista como credor de R\$ 80,9 milhões.

COFRE 2 Depois dele vêm os ex-diretores Marcio Faria da Silva, com R\$ 74,5 milhões, Hilberto Mascarenhas, com R\$ 24,6 milhões, e Benedicto Barbosa, com R\$ 14,4 milhões.

SINAL VERMELHO O juiz Paulo Jangutta, da 41ª Vara Criminal do Rio, determinou a suspensão do inquérito em que um delegado do Rio de Janeiro acusava o presidente da OAB do estado, Luciano Bandeira Arantes, e outros diretores de “criminosos”.

ATAQUE A confusão começou quando duas advogadas foram detidas ao levar uma cliente para depor — e a OAB passou a defendê-las, acusando um policial de arbitrariedade. A entidade passou a ser investigada por um delegado, que atacou seus dirigentes.

DEFESA No habeas corpus que pedia a suspensão da investigação, a ordem frisou que era “um acinte ao Estado Democrático de Direito o registro de um inquérito contendo as palavras ‘os criminosos da OAB’”, algo que não ocorreria nem mesmo “na ditadura militar”.

PM que quebrou cassetete na testa de estudante é promovido

SÃO PAULO O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), promoveu a major Augusto Sampaio de Oliveira Neto, que em 2017, como capitão, acertou um golpe de cassetete na testa do estudante Mateus Ferreira durante protestos em Goiânia contra as reformas trabalhista e da Previdência.

A decisão foi publicada na segunda-feira (17) no Diário Oficial do estado. Sampaio foi promovido por merecimento, ou seja, por reconhecimento de méritos por parte de seus superiores.

Mateus, atualmente com 35 anos, sofreu traumatismo cranioencefálico, teve múltiplas fraturas e passou por duas cirurgias. Ele ficou internado por 18 dias, sendo 11 deles em Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

O golpe aconteceu em 28 de abril de 2017. Um vídeo mostra Mateus correndo para se afastar de um ponto de confronto entre manifestantes e policiais e, então, sendo atingido pelo cassetete, que parte-se ao meio.

A Folha, o estudante diz que vê a atitude do governador como “premiação à violência”. “A mensagem que o governador passa é a de que está liberado descumprir o padrão operacional”, diz.

Bruno Pena, advogado do estudante, afirma que ingressará com medida judicial para questionar a promoção.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública afirmou que “a promoção das forças policiais é um ato da esfera administrativa, que compete ao Governo de Goiás.”

Guilherme Seto

19 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Investigado pela Polícia Federal, prefeito de Florianópolis é preso

FLORIANÓPOLIS O prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro (sem partido), foi preso na manhã desta terça (18) pela Polícia Federal. O político, que exerce seu primeiro mandato à frente da capital catarinense, foi alvo da Operação Chabu, que também cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão em Porto Alegre.

A prisão foi confirmada pela prefeitura. Por meio de nota, o chefe de gabinete Bruno Oliveira informou que Loureiro foi encaminhado à sede da Polícia Federal e que “concordou em prestar todas as informações necessárias”.

“Informações preliminares dão conta de que não há nenhum ato ou desvio de recursos públicos relacionados à prefeitura”, disse.

A ação desta terça-feira é um desdobramento da Operação Eclipse, deflagrada em agosto de 2018. Segundo a Polícia Federal, há indícios de que uma organização criminosa construiu uma rede composta por políticos, empresários e servidores da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal que seriam responsáveis por órgãos de inteligência e investigação.

O objetivo seria embarçar inquéritos e proteger o núcleo político em troca de vantagens financeiras e políticas.

A PF investiga o vazamento de informações a respeito de operações policiais a serem deflagradas. O processo corre em segredo de Justiça.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) determinou o afastamento do prefeito por 30 dias e a entrega de seu passaporte.

César Rosati

Denúncias de estupro crescem

42,6% no Paraná

Número de casos passou de 4.333 em 2018 para 6.182 no ano passado

Vitor Struck

Reportagem Local

De acordo com dados do Ministério da Justiça publicados no Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas), o número de denúncias de casos de estupro vem crescendo no Paraná desde 2015. Naquele ano foram registradas 4.333 em todo o Estado. Já em 2018 o número subiu para 6.182. Ao todo, foram consideradas pelo Ministério da Justiça 20.480 denúncias neste período.

O dado mais recente, de janeiro deste ano, aponta que o Paraná foi o segundo Estado com o maior número de registros do crime mesmo sendo a

“O princípio de que ‘não é não’ vem sendo tratado como ‘mimimi’ das feministas”

5ª unidade da Federação em número de habitantes. No primeiro mês de 2019 foram registradas 495 denúncias do delito, atrás apenas de São Paulo com 1.071 denúncias.

No entanto, quando levadas em consideração as informações de todo o País, é possível constatar queda de 7% no número de ocorrências. De acordo com balanço recente do Ministério da Justiça, nos primeiros dois meses deste ano foram registrados 7.284 casos em todo o Brasil, contra os 7.834 contabilizados no mesmo período do ano passado. Além disso, entre os nove crimes divulgados no relatório baseado em boletins de ocorrência estaduais e distritais e cuja comparação demonstrou queda, o crime de estupro representou a

segunda menor quando analisado proporcionalmente. Nesse ranking, o delito cujo combate apresentou maior efetividade em uma análise simplesmente numérica foi o roubo de cargas, com 3.877 ocorrências no início de 2018 contra 2.301 no mesmo período de 2019.

Para a coordenadora do Naves (Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro), do Ministério Público do Paraná, a procuradora de Justiça Rosângela Gaspari, o crescimento no número de denúncias já revela resultados positivos de uma série de medidas que compõem a rede de proteção à mulher vítima de estupro. Recentemente, o Naves realizou mais uma audiência pública em Curitiba com orientações sobre como vítimas ou pessoas próximas devem proceder diante de um caso de violência.

“Tanto do ponto de vista de resguardar a prova, por exemplo as vestes que contenham sangue ou sêmen do autor, é importante para a perícia, como do próprio tratamento da vítima para que ela se dirija aos hospitais e ali ela consiga a medicação não só para evitar uma gravidez, mas para não contrair doenças sexualmente transmissíveis”, explica Gaspari.

Ela avaliou que essas medidas podem ser fundamentais para uma eventual condenação do criminoso. “Percebemos que quando sai a sentença em que há uma condenação em que nós conseguimos comprovar aquele crime, a vítima também tem a sensação que não ficou impune e que o Estado tomou providências em relação àquelas sequelas.

CONTINUA

Ela (vítima) tem uma melhora inclusive emocional. Muitas dizem 'quero esquecer, não quero pensar', mas não é bem assim, quando se tem uma resposta, uma tutela estatal efetiva, ela pode ter uma melhora significativa", avalia

Em levantamento realizado pelo Naves sobre os horários em que 849 estupros foram cometidos em Curitiba foi possível constatar que pouco mais da metade (442) foi entre 20h e 5h, contra 407 entre a manhã e o início da noite.

Em Londrina foram registrados 59 crimes sexuais contra mulheres em 2018 e até o fechamento desta edição não foi possível apurar o número de boletins de ocorrência registrados em 2019 no município. No entanto, a delegada Carla Gomes de Melo, da Delegacia dos Direitos da Mulher, lembra que por aqui não é diferente em relação ao baixo índice de vítimas que denunciam e a forma de agir dos agressores.

"Não há uma regra, são homens que se aproveitam de mulheres alcoolizadas, por exemplo. O número de estupros é muito maior do que o que chega ao nosso conhecimento, muitas vezes o hospital nos procura porque ainda é uma barreira muito grande para a mulher, é constrangedor falar sobre isso", aponta.

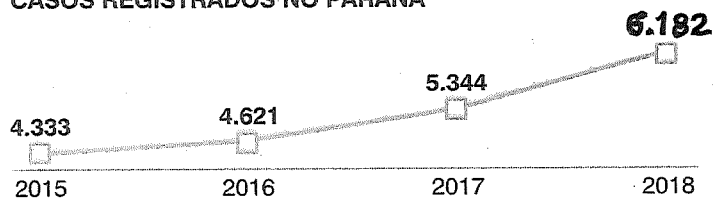
Para a coordenadora do Curso de Ciências Sociais da UEL (Universidade Estadual de Londrina), Silvana Mariano, a maior procura por ajuda pode ser vista por um ponto de vista positivo. No entanto, ressalta, não há como concluir que casos de estupro e violência sexual não estejam, de fato, acontecendo com maior frequência.

"O princípio de que 'não é não' vem sendo tratado como 'mimimi' das feministas e essas questões estão sendo frequentemente desqualificadas, então há também uma possibilidade de que os casos estejam acontecendo com mais frequência", avalia.

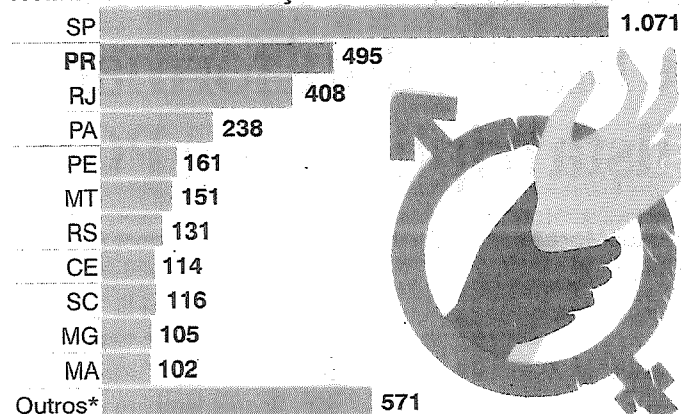
VIOLÊNCIA SEXUAL

Evolução das denúncias de estupro

CASOS REGISTRADOS NO PARANÁ



NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES EM JANEIRO DESTE ANO



*AC, AL, AM, AP, BH, DF, ES, GO, MS, PB, PI, RN, RO, RR, SE e TO (juntos)

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

Folha Arte

CONTINUA

19 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

**Mensagem é que
as mulheres
'têm o direito
de dizer não'**

Durante os 176 minutos necessários para que o depoimento do jogador Neymar fosse colhido na 6ª Delegacia de Defesa da Mulher, em Santo Amaro (zona sul de São Paulo), na semana passada, pelo menos 17 mulheres no Brasil foram vítimas do crime do qual o atacante vem sendo acusado desde o dia 31 de maio. Essa comparação leva em conta dados de 2017, quando, segundo o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, mais de 60 mil casos de estupro foram registrados no País, média de 164 por dia ou um a cada dez minutos.

O fato ganhou ampla repercussão no mundo e até motivou a apresentação de um projeto de lei no Congresso Nacional que visa aumentar a pena para o crime de falsa acusação de estupro. Mas, principalmente, fez com que milhões de brasileiros ficassem divididos sobre o que aconteceu de fato no quarto de hotel em Paris no início de maio.

Questionada sobre quais seriam as lições positivas a serem tiradas do caso, a professora Silvana Mariano, do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UEL, salientou que deve-se levar

em conta o fator "coragem" ao se realizar denúncia "mesmo quando a versão da vítima é escrutinada publicamente" e a mensagem de que as mulheres "têm o direito de dizer não". "Acho que o recado positivo, independentemente da veracidade dessa história particular, é que a mulher tem o direito de dizer não a qualquer momento. Já poderia ter iniciado a penetração e se a mulher diz em um dado momento 'não quero mais', então acabou. Parou. Acho que é a única coisa válida dessa discussão", avalia.

***Crimes contra a
liberdade sexual
são denunciados
por ação penal pública
incondicionada***

Por enquanto o que se sabe é justamente que não há base científica sobre falsas declarações de estupro, o que faz com que qualquer medida seja tomada por meio do "achismo", destaca Mariano. No entanto, segundo o estudo "The (In)credible Words of Women: False Allegations in European Rape Research" (As palavras desacreditadas das mulheres: falsas alegações na pesquisa sobre estupro na Europa), essas acusações não ocorrem com mais frequência do que falsas declarações do cometimento de outros crimes, o que varia em média de 5% a 8%, conforme aponta a

autora Liz Kelly, da London Metropolitan University.

Quando questionada como a sociedade pode recuperar a qualidade desse tipo de debate em momentos em que uma "enxurrada" de informações virtuais é lançada o tempo todo e algumas sem compromisso algum com a verdade, a professora Silvana Mariano destaca os perigos de se fazer uma análise baseada em valores morais e não em fatos. "As pessoas agem e reagem instantaneamente. Então o tempo da reflexão, da pesquisa e da ponderação, a maioria nem se dá este tempo. Como dizia (o sociólogo francês Pierre) Bordieu, 'quando pensamos rápido pensamos por ideias prontas', é apenas reproduzir", lamenta.

Desde o final de setembro do ano passado, após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), os crimes contra a liberdade sexual passaram a ser denunciados por ação penal pública incondicionada - não dependem mais da vontade da vítima para a apuração ser levada adiante. Antes dessa decisão era necessária a anuência da vítima maior de 14 anos ou que não tem deficiência mental ou outras enfermidades.

Países como Itália e Argentina adotam posturas parecidas como a que o Brasil adotava antes da promulgação dessa lei, assinada pelo presidente do STF, o ministro Dias Toffoli enquanto ocupou a Presidência da República no dia 24 de setembro de 2018.(V.S.)

19 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Ratinho Jr.

discute instalação do TRF no Paraná com comunidade jurídica

A instalação do Tribunal Regional Federal no Paraná (TRF), com sede em Curitiba, foi tratada nessa terça-feira (18) pelo governador Ratinho Junior em reunião no Palácio Iguazu com representantes da comunidade jurídica e do setor produtivo que defendem a implantação do órgão no Estado. O vice-governador Darci Piana participou do encontro. As informações são da Agência Estadual de Notícias.

Atualmente, os julgamentos de segunda instância da Justiça Federal são feitos no TRF-4, em Porto Alegre. Ratinho Junior afirmou que será organizada uma audiência no próximo mês com deputados federais, senadores e juízes para defender a proposta. No começo do ano, ele se reuniu com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, para defender a implantação do TRF no Estado.

"Hoje tudo fica concentrado no Rio Grande do Sul, no TRF-4, e há muitos anos o Paraná pleiteia poder abrir um tribunal regional aqui. Não é uma questão simples, mas estamos avançando nessa agenda positiva em defesa do Estado", afirmou o governador.

DEFESA

A criação do TRF é defendida pela Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apaju-fe), seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Defensoria Pública da União (DPU), Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), entre outras entidades.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também endossa a descentralização. A questão se arrasta desde 2013 no STF.

19 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Audiência sobre aquisição de novas urnas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizará, no dia 2 de julho, audiência pública sobre a aquisição de até 180 mil novas urnas eletrônicas, que serão utilizadas nas eleições municipais de 2020. A audiência será às 14h, no Auditório III do edifício-sede do TSE, em Brasília. De acordo com o edital de licitação, a demanda por compra de novas urnas decorre da não contratação desses equipamentos para as eleições gerais de 2018, da necessidade de aprimoramento tecnológico e da substituição das urnas de modelos 2006 e 2008, bem como da necessidade de suprir o crescimento de seções eleitorais até 2020. Mais informações pelo e-mail audienciapublicaue2020@tse.jus.br.

Aos amigos tudo, aos inimigos a lei

Quem sonhou que o combate à corrupção protagonizado pela Lava Jato no Brasil se equiparava ao empregado nos EUA, pode acordar: continuamos na terra de Macunaíma.

Na terra do Tio Sam foi erigido o mais sólido sistema de primazia do Direito (*rule of law*), que é o alicerce da maior democracia do mundo. Mas, em terra *brasília*, a primazia do Direito nunca foi efetivamente construída. Aqui o sistema vigente é outro: *aos amigos tudo, aos inimigos a lei*.

A revelação das trocas de mensagens privadas entre o juiz Sergio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol expõe ao público possíveis falhas nas suas condutas no que tange à imparcialidade potencialmente eivada por relações excessivamente “amistosas” que levariam à suspeição do juiz. Apontou-se o vazamento ilegal das mensagens, tal como Teori Zavascki indicou ilegalidades no vazamento da conversa entre Lula e Dilma realizado por Moro no caso da posse de Lula como ministro. O juiz, na época, justificou, em entrevista ao jornalista Pedro Bial na TV, que decidiu vazar o diálogo entre os petistas pelo conteúdo, desconsiderando a discussão sobre a legalidade da decisão.

Assim, Moro não pode ficar imune ao próprio argumento da importância do conteúdo vazado, como suscitou o editorial *Muito à esclarecer* (Estado, 11/6): “Não é possível ficar indiferente à suspeita, levantada pelas mensagens, de que o então juiz Sergio Moro pode ter dado

Estariam procuradores da Lava Jato julgando o mérito de certas ações reparatorias?

orientações ao procurador Deltan Dallagnol, responsável pela Lava Jato, em casos relativos à operação”.

Aliás, Dallagnol precisa esclarecer não só a troca privilegiada de mensagens, mas outras falhas técnicas, notadamente em relação às decisões sobre os valores recuperados na Operação Lava Jato.

Em inúmeros vídeos e no recém-divulgado em sua defesa no Facebook, em 10/6, Dallagnol cita os “R\$ 13 bilhões recuperados” apenas “para os cofres públicos”. Assim, os procuradores da força-tarefa persistem falando como se somente dinheiro público tivesse sido desviado nos esquemas de corrupção, desprezando completamente o desvio de bilhões de patrimônio privado nos crimes praticados contra a poupança popular investida na Petrobrás, que é sociedade de economia mista.

O patrimônio público da União federal abrange só cerca de 28,7% do capital acionário da petroleira, e a grande maioria do capital nela investido é privada, o que os procuradores se recusam a enxergar.

Como a maior parte do patrimônio dissipado no petróleo proveio de investimento privado, Dallagnol tem de aclarar por que decidiu não fazer nada para devolvê-lo a quem de direito, mesmo de posse de todas as informações e provas sobre os ilícitos financeiros perpetrados. A inação ocorre em franco

descumprimento da Lei 7.913/1989, que expressamente determina que “o Ministério Público, de ofício ou por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), adotará as medidas judiciais necessárias para evitar prejuízos ou obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e aos investidores do mercado (...)”.

Existem milhares de aposentados, pensionistas e trabalhadores que perderam recursos financeiros necessários à sua sobrevivência, já que seus fundos de aposentadoria sofreram bilhões de prejuízo em negócios eivados por fraudes e corrupção na petroleira. Tais fundos, agora, descontam os pagamentos de aposentados e beneficiários em até 30%, demandando novos aportes para viabilizar o pagamento de aposentadorias e benefícios. Em suma, a omissão do Ministério Público Federal está gerando danos a aposentadorias e benefícios de milhares de pessoas, a quem o Ministério Público, por obrigação legal, deveria proteger.

Os procuradores da força-tarefa de Curitiba têm plena ciência sobre o processo da ação coletiva americana que recuperou US\$ 2,95 bilhões para fundos de aposentadoria e investidores estrangeiros da Petrobrás nos EUA e de que no acordo da empresa com a *Securities and Exchange Commission* (SEC) americana, por eles mesmos divulgados, a SEC obriga destinar valores das multas aplicadas para a indenização dos investidores lá lesados pelas fraudes. Isso mostra que a primazia do Direito funciona não só para prender, mas sobretudo para devolver o dinheiro a quem sofreu perdas nos crimes financeiros.

CONTINUA

19 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Por que, então, se inspiram no Direito americano seletivamente, só nos aspectos penais do combate à corrupção, e optam por não aplicar as melhores técnicas usadas pelas autoridades americanas quanto à devolução do dinheiro recuperado? E pior: em vez de viabilizar a devolução da totalidade do dinheiro aos lesados, os procuradores tentaram criar fundação bilionária de direito privado para controlar o destino de metade do dinheiro recuperado graças à colaboração com autoridades americanas, violando normas do ordenamento jurídico pátrio. A fundação visava a destinar dinheiro recuperado para ditos “projetos sociais”, fazendo caridade com chapéu alheio, sem obedecer às obrigações de indenização dos danos causados às vítimas finais das fraudes e corrupção (art. 91 do Código Penal).

Urge expor por que os procuradores da Lava Jato, na cláusula 2.3.2 do acordo celebrado com a Petrobrás, estipularam prioridade e preferência indenizatórias a processos e arbitragens sigilosas impetrados somente até a data de 8/10/2017. Estariam assumindo prerrogativas de juiz e julgando o mérito de certas ações reparatórias? Ou agindo seletivamente de modo a privilegiar causas de certos patronos ingressadas até esta data? Seriam tais patronos os “amigos” a quem o “tudo” é assegurado? Aos demais prejudicados resta tão somente “a lei” 7.913, que se torna inócua sem a ação do próprio Ministério Público.

●
DOUTORA EM DIREITO PELA USP,
COM PÓS-DOUTORAMENTO NA UNIVER-
SIDADE DO TEXAS, FOI PROFESSORA NAS UNIVERSIDADES DO TEXAS, CORNELL E VANDERBILT, DIRETORA DO CENTRO DE DIREITO EMPRESARIAL DA YALE LAW SCHOOL E PESQUISADORA EM STANFORD E YALE

19 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Moro sugere melindre em caso que cita FHC, diz site

Em novos diálogos atribuídos ao então juiz, ele questiona o coordenador da força-tarefa da Lava Jato sobre investigação envolvendo ex-presidente

O ex-juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, questionou, em 2017, em suposto diálogo com o procurador da República Deltan Dallagnol, da força-tarefa da Lava Jato, uma investigação envolvendo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Nas mensagens divulgadas ontem pelo site The Intercept Brasil, Moro afirma que a apuração poderia “melindrar” alguém cujo apoio era importante para a operação.

O site também publicou supostos diálogos entre os procuradores nos quais eles concluem que a investigação sobre doações de Grupo Odebrecht – que diz colaborar com a Justiça – para o Instituto Fernando Henrique Cardoso se resumiria a um crime tributário, o que enfraqueceria a acusação contra o Instituto Lula e a Lils, a empresa de palestras e eventos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ambos investigados pela força-tarefa.

O Ministério da Justiça divulgou nota ontem em que reafirmou que Moro “não reconhece a autenticidade de supostas mensagens obtidas por meios criminosos, que podem ter sido editadas e manipuladas, e que teriam sido transmitidas há dois ou três anos”.

“Nunca houve interferência no suposto caso envolvendo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi remetido diretamente pelo Supremo Tribunal Federal a outro juízo, tendo este reconhecido a prescrição”, afirma o comunicado.

O ministério disse ainda que “a atuação do ministro como juiz federal sempre se pautou pela aplicação correta da lei a

Defesas

Procurado pela reportagem, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso não respondeu até a conclusão desta edição. O procurador Deltan Dallagnol também não foi localizado.

casos de corrupção e lavagem de dinheiro” e chamou de “mero sensacionalismo” a divulgação dos supostos diálogos.

A troca de mensagens relatada pelo site teria ocorrido no dia 13 de abril de 2017, um dia depois de a imprensa divulgar a informação de que a força-tarefa da Lava Jato havia enviado pa-

ra a Procuradoria da República em São Paulo dados sobre supostas doações eleitorais por meio de caixa 2 para as campanhas eleitorais de Fernando Henrique em 1994 e 1998. Naquela época, os supostos crimes de caixa 2 eleitoral estariam prescritos.

Moro teria então questionado Dallagnol, coordenador da força-tarefa, sobre a iniciativa e alegado que o que vira na TV era muito fraco. O procuradora teria concordado com a fragilidade da prova e justificado o ato ao então juiz afirmando que era para passar um recado de “imparcialidade”. Foi então, que segundo o site, Moro teria demonstrado contrariedade, pois assim eles estariam melindrando alguém cujo apoio à Lava Jato seria importante.

Institutos. Ainda de acordo com o site, Fernando Henrique seria citado em nove oportunidades pelos procuradores. Para o The Intercept Brasil, os procuradores teriam feito um “jogo de cena”, fingindo investigar o tucano em um caso que de antemão sabiam estar prescrito.

Conforme o site, em 2015, o procurador Roberson Pozzobon sugeriu aos colegas que investigassem o Instituto FHC no mesmo procedimento que tinha como alvo o Instituto Lula para mostrar que o grupo não possuía inclinação partidária.

19 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso.

Ministro presta esclarecimentos hoje sobre suposta troca de mensagens com procuradores; projeto de lei deve ser apreciado por senadores na semana que vem

Moro busca apoio e Senado pauta abuso de autoridade

Rafael Moraes Moura
Teo Cury
Daniel Weterman / BRASÍLIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, vai hoje ao Senado para dar explicações sobre supostas mensagens que teria trocado com procuradores da Lava Jato e que sugerem uma atuação conjunta dele, quando juiz federal, com os investigadores. Moro encara um Senado que, na tarde de ontem, pautou para a próxima semana um projeto de lei que pune, justamente, abuso de autoridade praticado por magistrados e membros do Ministério Público.

Os diálogos atribuídos ao ministro e a procuradores foram divulgados pelo site The Intercept Brasil (*mais informações na pág. A5*). Moro e alguns procuradores afirmaram à Polícia Federal que seus aparelhos celulares foram invadidos por hackers. O caso está sendo investigado pela PF.

Na véspera de sua ida ao Congresso, enquanto participava de um almoço com representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, o Senado articulava para que o projeto de lei do abuso de autoridade fosse votado diretamente pelo plenário da Casa, antes mesmo de ser avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O presidente do Senado, Davi Alcolumbre

● **'Absolutamente tranquilos'**
Alceu Moreira (MDB-RS) disse que o ministro Sérgio Moro não pediu apoio formal do bloco ruralista. "Ele está absolutamente tranquilo para prestar esclarecimento sobre o que ele sabe."

(DEM-AP), chegou a incluir a votação na pauta. O Estado apurou que Alcolumbre tem se reunido com a ala "antimoro" do Supremo Tribunal Federal (STF).

A votação, no entanto, foi cancelada, após forte reação das redes sociais, onde Moro tem expressivo apoio. Alcolumbre recuou e decidiu que a votação seguirá seu caminho natural. Será primeiro analisada pela comissão e depois vai ao plenário, o que deve ocorrer na próxima quarta-feira.

Apesar de o Senado retomar, neste momento, a discussão de um projeto apresentado em 2016, o discurso no Congresso é de que não se trata de uma retaliação ao ministro Moro. "Estamos falando desde fevereiro sobre isso", declarou o líder do DEM no Senado, Rodrigo Pacheco (MG).

Ratinho. Nos últimos dias, Moro procurou reagir ao noticiário negativo. Depois de ser aplaudido por torcedores do Flamengo, durante um jogo em Brasília, o ministro abriu sua agenda

para visitas a parlamentares, participou do lançamento do Plano Safra e gravou uma participação no Programa do Ratinho, do SBT, na qual estava acompanhado do chefe da Secretaria de Comunicação do governo, Fabio Wajngarten.

A expectativa no Planalto é que Moro, com as mais recentes investidas, consiga fortalecer seu apoio popular. O ministro chegou a ser convidado para participar da Marcha para Jesus, amanhã, em São Paulo, no maior evento evangélico do Brasil. O deputado Marco Feliciano (Pode-SP), disse à reportagem que o ministro declinou, alegando que tem "agenda inadiável" nos Estados Unidos. O presidente Bolsonaro confirmou presença na marcha, que já chegou a reunir 1,5 milhão de pessoas.

Como o Estado mostrou no domingo passado, o Palácio do Planalto adotou uma narrativa para transformar as acusações em torno de Moro em um "plebiscito" sobre o apoio à operação Lava Jato.

CONTINUA

19 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Supremo. No Supremo Tribunal Federal, nas rodas de conversas de magistrados, Moro já tem sido tratado como um “ministro fantasma”, expressão usada para indicar que Moro teria perdido apoio e que faltaria apenas um ato formal do governo para desligá-lo do cargo.

Na próxima terça-feira, a Segunda Turma do STF vai julgar se Moro foi parcial ao condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do Guarujá (SP). A discussão começou em dezembro de 2018.

Os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia já rejeitaram o pedido do petista. Faltam se posicionar os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

A decisão do colegiado pode selar o destino do ministro. O presidente Jair Bolsonaro tem afirmado que, mesmo diante da crise, manterá a indicação e Moro para uma vaga na mais alta Corte do País. A vaga será aberta em novembro de 2020.

Além de Moro, a CCJ do Senado também vai ouvir o coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, principal interlocutor do ministro nas conversas divulgadas até o momento pelo The Intercept Brasil (*mais informações nesta página*). O site afirma que recebeu as mensagens de uma fonte anônima.

Dallagnol foi convidado a prestar esclarecimentos, ao contrário de Moro, que se antecipou a uma eventual convocação e se ofereceu para ir ao Congresso tratar do assunto. A votação que levará Dallagnol ao Congresso não foi nominal, o que evitou que os senadores registrassem os votos.

A sabatina de Moro está cercada de expectativas no Congresso. Segundo o Estado apurou, Moro vai reforçar aos senadores o discurso de que é vítima de ataques criminosos e que não pode confirmar a autenticidade de mensagens trocadas há dois anos, além de alertar que o conteúdo delas pode ser ter sido alvo de manipulação.

Ontem, assessorias dos partidos de oposição passaram o dia preparando perguntas para o ministro. O PT, especialmente, vai tomar cuidado para evitar que o debate se transforme em um plebiscito sobre a condenação de Lula, o que tornaria o ambiente mais confortável para Moro e os partidários de Bolsonaro.

O presidente, ao defender Moro, tem reiterado que o ministro prestou um serviço inestimável ao País com a operação Lava Jato.

19 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Comissão aprova convite para ouvir procurador

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem requerimento e vai convidar o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, para explicar o caso envolvendo supostas mensagens trocadas entre ele e o ex-juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. As mensagens, divulgadas pelo site The Intercept Brasil, sugerem interferência de Moro nas investigações.

Presidente da comissão, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que o colegiado vai entrar em contato com o procurador para agendar uma data, caso ele aceite o convite. Pela Constituição, os senadores só podem convocar uma autoridade que seja subordinada diretamente ao presidente da República, o que não é o caso de procuradores.

O requerimento foi apresentado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA). Para ele, o teor das mensagens indica um “desvirtuamento” das funções do procurador e do então juiz federal. À época das mensagens, Moro era o juiz responsável por julgar réus alvo da operação, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi condenado no caso do triplex do Guarujá (SP) e está preso.

O parlamentar também apresentou um pedido para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a Operação Lava Jato no Senado, mas ainda não há apoio suficiente.

Tanto Moro quanto Dallagnol têm negado qualquer tipo de interferência nas investigações feitas e não confirmam a veracidade dos diálogos publicados pelo site. /D.W.

O ESTADO DE S. PAULO

STJ manda a júri acusados de incêndio em boate Kiss

19 JUN 2019

Por 4 votos a o, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu mandar a júri popular os acusados por 242 mortes na Boate Kiss., que pegou fogo em janeiro de 2013, em Santa Maria (RS). A Corte aceitou recurso do Ministério Público.

No julgamento, o STJ entendeu que existia, no processo, evidências suficientes para enviar o caso ao Tribunal de Júri. Conforme o relator, Rogério Schietti, o fato de a boate ter alvarás de funcionamento não significa que no dia do evento

essas condições fossem as mesmas. "Esses alvarás são concedidos e a dinâmica dos acontecimentos pode tornar essa avaliação ultrapassada. O fato é que se comprovou, isso está documentado nos autos, uma série de irregularidades no funcionamento desta boate, irregularidades graves para uma boate que recebe centenas de frequentadores", registrou o ministro.

Dois empresários, responsáveis pela casa noturna, e dois integrantes da banda que apresentou show pirotécnico na noite do incêndio foram denunciados por homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e emprego de meio cruel) por 242 vezes, e tentativa do mesmo crime por mais 636 vezes (total de sobreviventes identificados).

A 1.ª Vara Criminal de Santa Maria viu indícios suficientes da materialidade do fato e possibilidade de percepção prévia do dano. Pronunciou os réus por homicídios consumados e tentados, determinando o júri, o que depois foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça gaúcho. No STJ, o MP do Estado e a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes questionaram a decisão. **JULIA AFFONSO**

19 JUN 2019

BEMPARANÁ

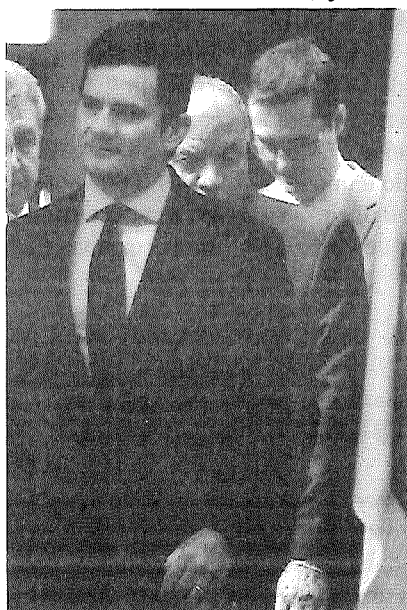
Lava Jato 'fingiu' investigar FHC e Moro criticou, diz site

Ex-juiz teria reclamado de denúncia contra tucano por ele ser "apoio importante"

Da Redação

Novas conversas entre o ministro da Justiça, Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol reveladas hoje pelo site Intercept Brasil apontam que a força-tarefa da operação Lava Jato teria "fingido" investigar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para passar uma imagem pública de "imparcialidade", e foi reprimida pelo então juiz federal. De acordo com o diálogo do chat privado reproduzido pelo site, Moro criticou a ação dos procuradores contra o tucano, porque não queria "melindrar alguém cujo apoio é importante". De acordo com a reportagem do Intercept, o diálogo entre Moro e Dallagnol teria ocorrido em 13 de abril de 2017, um dia depois do Jornal Nacional ter veiculado uma reportagem a respeito de suspeitas contra o ex-presidente.

Segundo o site, nesse dia Moro chamou Dallagnol no chat privado do aplicativo de mensagens Telegram para saber se as suspeitas contra o ex-presidente eram "sérias". O procurador teria respondido que a for-



José Cruz/Agência Brasil

Moro e Dallagnol: "melindre"

ça-tarefa não considerou a prescrição do caso de FHC propositadamente e o enviou a denúncia ao Ministério Público Federal de São Paulo, segundo ele, "talvez para (o MPF) passar recado de imparcialidade".

Na época, aponta a reportagem, a

Lava Jato vinha sofrendo ataques do PT e outros setores da esquerda, que acusavam a operação de ser seletiva e poupar políticos do PSDB. A discussão teria se intensificado após aparição de Moro em evento público ao lado do ex-senador e hoje deputado federal Aécio Neves (PSDB) e do então presidente Michel Temer (MDB).

Prescrição - Na conversa entre Moro e Dallagnol, o então juiz federal responsável pelos processos da Lava Jato em Curitiba, questiona se a denúncia contra Fernando Henrique na estava prescrita. Dallagnol diz que a denúncia foi encaminhada "sem se analisar prescrição". E admite: "Suponho que de propósito. Talvez para passar recado de imparcialidade". Moro retruca: "Ah, não sei. Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante".

Dallagnol teria encaminhado a questão a um chat em grupo chamado Conexão Bsb-CWB, no qual estavam procuradores de Curitiba e Brasília. O caso de FHC tramitava na Capital federal. O interlocutor Sérgio Bruno Cabral Fernandes confirma que a prescrição não havia sido analisada.

Ministro nega acusações e vê 'sensacionalismo'

Em nota divulgada ontem sobre as novas revelações do The Intercept Brasil, o ministro da Justiça, Sergio Moro, voltou a afirmar que "não reconhece a autenticidade de supostas mensagens obtidas por meios criminosos, que podem ter sido editadas e manipuladas, e que teriam sido transmitidas há dois ou três anos". Também garantiu que "nunca houve interferência no suposto caso envolvendo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi remetido diretamente pelo Supremo Tribunal Federal a outro Juízo, tendo este reconhecido a prescrição". Moro alega que sua atuação como juiz federal "sempre se pautou pela aplicação correta da lei a casos de corrupção e lavagem de dinheiro", e que "as conclusões da matéria veiculada pelo site Intercept sequer são autorizadas pelo próprio texto das supostas mensagens, sendo mero sensacionalismo".

19 JUN 2019

BEMPARANÁ

Dallagnol queria aparentar 'imparcialidade'

Segundo o The Intercept Brasil, procuradores da operação Lava Jato já comentavam entre si sobre a importância de incluir políticos do PSDB na lista de investigados antes da troca de conversas entre o ex-juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol. A questão aparece em uma conversa de 17 de novembro de 2015, em que o procurador Roberson Pozzobon encaminhou uma sugestão ao grupo "FT MPF Curitiba 2" do telegram.

De acordo com o site, ele sugere "investigar, num mesmo procedimento, pagamentos da Odebrecht aos institutos de Lula e FHC". E afirma que "assim ninguém poderia indevidamente criticar nossa atuação como se tivesse vies partidário".

Delações - De acordo com a reportagem, um ano e meio depois da conversa, o fim do sigilo da delação de Marcelo Odebrecht, filho de Emílio Odebrecht, revelaria que o esquema de remessa de dinheiro aos institutos de FHC e de Lula tinha o mesmo procedimento. Segundo o Intercept, em 2016, quando Fernando Henrique apareceu em outras três delações, uma delas do operador do MDB Fernando Baiano, que teria apontado o suposto beneficiamento da empresa de um filho do ex-presidente, Paulo Henrique Cardoso, em contratos com a Petrobrás.

O caso teria sido mencionado em um grupo dos procuradores do Ministério Público Federal no telegram. "Viram do filho do FHC?", teria perguntado Dallagnol, que compartilhou em seguida link de uma reportagem sobre o caso. "Creio que vale apurar com o argumento de que pode ter recebido benefícios mais recentemente, inclusive com outros contratos ... Dará mais argumentos pela imparcialidade", alegou o coordenador da Lava Jato.

BEMPARANÁ

JONATAS PIRKIEL

19 JUN 2019

#A CONDUITA E O DIREITO PENAL

Lava Jato: a forma e o conteúdo

Com a divulgação de conversas entre o então juiz Sérgio Moro e o coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal, procurador Deltan Dallagnol pelo site “the intercept Brasil” a discussão sobre a possibilidade do conteúdo destas interceptações clandestinas serem usados para anular atos processuais já exauridos deixou de ser uma questão de “concepção doutrinária” para ser uma identificação ideológica. Os que defendem o uso do conteúdo, independentemente da forma, são chamados de “esquerda”, ligados ao partido do ex-presidente preso. Já, os que dizem que tais provas são ilícitas, são denominados de “direita”.

Independentemente de conceitos e rótulos, a decisão deve ficar para o Supremo Tribunal Federal, que deverá ainda este mês apreciar pedido de nulidade da condenação do ex-presidente em razão da alegada suspeição do juiz que sentenciou e cuja decisão foi mantida por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região e pelo STJ, que diminuiu tão somente a pena aplicada. Mas a discussão deve se estender até que outro fato desta “guerra ideológica” e “virtual” apareça.

No processo penal, em tese pelo princípio “in dubio pro reo” é sabido que toda nulidade arguida somente se demonstrado que o ato trouxe prejuízo à defesa, desde que por ela não tenha sido praticado. Já, as nulidades têm hierarquia e as de “ordem pública” se sobrepõem às outras e podem ser apreciadas a qualquer tempo, ainda quando transitada em julgado a decisão. É o caso da prova ilícita que nunca pode ser usada contra o acusado, como são as interceptações clandestinas. Mas, há situações em que o conteúdo destas provas é usado em favor do acusado, particularmente quando demonstram, mesmo por vias transversas, que o fato não pode ser imputado ao acusado, ou que uma das partes tenha gravado a outra.

De toda sorte, independentemente das teses que se colocam contra ou a favor, será o entendimento que o Supremo Tribunal Federal dará ao caso onde a suspeição do juiz está sendo questionada.

*O autor é advogado na área criminal.
(jonataspirkiel@terra.com.br)

19 JUN 2019

BEMPARANÁ

PAINEL

Execução

Bens de empresário titular de empresa individual podem ser executados por dívida sem a necessidade de promover a desconsideração da personalidade jurídica. O entendimento é da 11ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Importação

É válida lei paulista que estabelece o pagamento de ICMS sobre importação de veículo por pessoa física para uso próprio. O entendimento é do Ministro Marco Aurélio, do STF.

Penhora

Bem de família oferecido pelo devedor como garantia fiduciária pode ser penhorado. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 619 do STJ – A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

Aposentadoria

O presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), reagiu ontem contra a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que corre no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o pagamento de aposentadorias a ex-governadores do Estado. A OAB recorreu contra pedido do Legislativo para que o julgamento fosse suspenso. A cúpula do Legislativo argumentou, no pedido, que a Casa aprovou, recentemente Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que extingue o benefício para futuros ex-governadores. Na petição, a OAB lembra, porém, que ao aprovar a PEC, a Assembleia manteve o pagamento da aposentadoria para ex-governadores e familiares que já recebem o benefício.

Ofensa

Segundo Traiano a “manifestação é ofensiva ao Poder Legislativo paranaense”. “Não houve burla ou manobra. Houve apenas uma legítima e soberana deliberação legislativa”, argumentou o tucano. Atualmente, nove pessoas recebem a aposentadoria vitalícia no valor mensal de R\$ 30.471,11 cada.

METRO 19 JUN 2019

STJ decide que caso Kiss terá júri popular

Reviravolta. 6ª Turma do STJ acatou recurso do Ministério Público contra entendimento que tirava o julgamento da alçada do Tribunal do Júri de Santa Maria

Por unanimidade, a 6ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu ontem que quatro investigados pelo incêndio na boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria, serão julgados pelo Tribunal do Júri da cidade, por homicídio – isso significa que haverá júri popular. O incêndio causou a morte de 242 pessoas e 636 ficaram feridas.

O colegiado julgou na tarde de ontem um recurso protocolado pelo MP (Ministério Público) e pela associação dos familiares das vítimas da tragédia para reformar uma decisão do TJRS (Tribunal de Justiça do RS), que entendeu que os envolvidos não deveriam passar por júri popular, mas sim por um juiz criminal. Dessa forma, poderiam



ser condenados a uma pena menor por homicídio culposo (sem intenção de matar), e não doloso (quando se assume o risco de matar).

Ao decidir a questão, a Turma seguiu voto do relator ministro Rogério Schietti Cruz. Ele entendeu que os sócios

da boate Kiss Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Loderro Hoffmann, bem como os músicos Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, da banda Gurizada Fandangueira, que se apresentava no momento em que começou o incêndio, estavam

cientes dos riscos do uso de fogos de artifício, que não poderiam ser acionados em ambientes fechados. De acordo com a investigação, o acionamento deu início ao incêndio.

Defesas

A defesa de Elissandro argumentou que o caso deveria ser classificado como homicídio culposo. Segundo o defensor, o show pirotécnico foi realizado anteriormente na casa noturna, e as autoridades locais nunca impediram o funcionamento da boate. O representante de Hoffmann sustentou que a boate foi alvo de fiscalização das autoridades e que os proprietários não tinham intenção de colocar fim em suas vidas e nas dos frequentadores. METRO POA

Justiça aceita pedido de recuperação

A Justiça de São Paulo aprovou pedido de recuperação anunciado na segunda-feira pelo grupo Odebrecht. No total, a dívida do conglomerado soma R\$ 98,5 bilhões. O pedido da Odebrecht é um dos maiores da história do país e ocorreu após a companhia vender uma série de negócios na sequência da operação Lava Jato, que dificultou a obtenção de créditos e novos contratos pelo grupo. METRO

19 JUN 2019

METRO

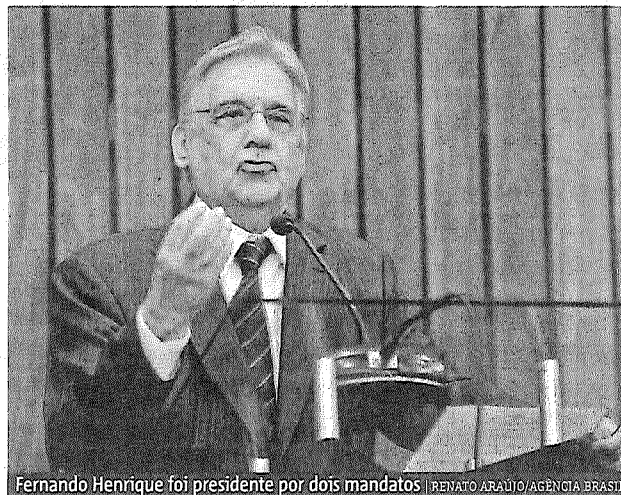
Novos trechos de diálogos entre Moro e Dallagnol citam FHC

O site The Intercept Brasil publicou ontem novos diálogos atribuídos ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e ao procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no Paraná.

Em um trecho das mensagens, o tema central é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que governou entre 1995 e 2002. Segundo o Intercept, o então juiz da Lava Jato e Dallagnol comentam suposto caixa 2 de FHC e que o caso já estaria prescrito.

Na conversa com Dallagnol, supostamente ocorrida em 13 de abril de 2017, Moro teria comentado sobre a investigação: "Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante."

Moro teria consultado Dallagnol sobre se "tem alguma coisa mesmo séria do FHC?". Em seguida, o então juiz teria escrito: "O que vi na TV pareceu muito fraco? Caixa 2 de 96?" Deltan teria respondido com a informação de que o caso "foi enviado pra SP



Fernando Henrique foi presidente por dois mandatos. (RENATO ARAUJO/AGÊNCIA BRASIL)

sem se analisar prescrição".

Em nota, Moro disse ontem que "não reconhece a autenticidade de supostas mensagens obtidas por meios criminosos".

O ministro tem dito que as conversas teriam sido capturadas por um hacker que teria invadido celulares de autoridades. O Intercept diz ter recebido o material de uma fonte anônima.

"Nunca houve interferência no suposto caso envol-

vendo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi remetido diretamente pelo Supremo Tribunal Federal a outro juízo, tendo este reconhecido a prescrição", declarou o ministro.

Ao Intercept, o ex-presidente FHC disse, por meio de sua assessoria, que não teve conhecimento de nenhum inquérito ou denúncia além daquela que terminou arquivada pela Justiça.

Ⓜ METRO COM ESTADÃO CONTEÚDO

Vazamento: ministro vai hoje ao Senado

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, vai hoje à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado dar explicações sobre o vazamento das conversas em que supostamente troca colaborações, quando era juiz da Lava Jato, com o chefe da força-tarefa no Ministério Público, o procurador Deltan Dallagnol. A sessão terá início às 9h. Moro terá 30 minutos para falar e depois responderá a perguntas dos senadores.

A CCJ aprovou ontem convite para que Dallagnol também dê explicações sobre os vazamentos. A data ainda não foi definida. Já a Câmara aprovou convites para que Moro e o jornalista Glenn Greenwald – um dos fundadores do site The Intercept Brasil, que primeiro divulgou as conversas –, falem sobre o assunto, dessa vez com os deputados. Ⓜ METRO

19 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CCJ aprova convite para Dallagnol explicar troca de mensagens com Moro

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem um requerimento de convite ao procurador federal Deltan Dallagnol para que preste esclarecimentos sobre trocas de mensagens com o então juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, nas investigações da Operação Lava Jato. A data da sessão ainda não foi marcada.

Na avaliação do senador Angelo Coronel (PSD - BA), autor do requerimento, o teor da troca de mensagens indica desvirtuamento das funções do procurador e também que o então juiz Sergio Moro extrapolou funções e desrespeitou deveres da magistratura. À época das mensagens, Moro era o juiz responsável por julgar réus alvo da operação, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso.

19 JUN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Traiano rebate manifestação da OAB sobre ex-governadores

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), deputado Ademar Traiano (PSDB), comentou durante a sessão plenária de ontem sobre a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre o artigo da Constituição Estadual que trata do subsídio mensal a ex-governadores. Segundo Traiano a "manifestação é ofensiva ao Poder Legislativo paranaense que não pode e não deve ficar sem resposta. A OAB insiste no julgamento da ADI para declarar inconstitucional um dispositivo revogado pela emenda constitucional 43/2019", afirmou Traiano.

O presidente ressaltou que a alteração à Constituição foi aprovada no mês de maio pelos deputados estaduais e promulgada por ele no dia 29 do mesmo mês após passar por todas as etapas de votação no Legislativo paranaense, resultando na extinção do §5º do artigo 85 da Constituição que tratava do tema.

Na manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF), a OAB insiste em dizer que a votação da emenda apresentada na Assembleia se deu para "burlar a jurisdição constitucional". Sobre o termo utilizado, Traiano rechaçou a manifestação. "Com todo o respeito, à manifestação, para reiterar, é ofensiva ao Poder Legislativo paranaense. E sem nenhuma razão. Não houve burla ou manobra. ■